lidades de relêvo nos meios intelectual e artístico, e dêle farão parte um professor de escultura e outro de arquitectura de qualquer das Escolas de Belas Artes. O júri poderá agregar a si dois engenheiros, indicados pelo Ministro das Obras Públicas e Comunicações, com voto apenas sôbre o aspecto técnico do programa e dos projectos apresentados, e designadamente sôbre se satisfazem às condições de estabilidade, resistência e duração que o monumento tem de reunir.

§ 1.º Para a classificação dos projectos haverá duas votações: uma, eliminatória, para efeito da admissão à segunda prova; outra, no final do concurso, organizando o júri em seguida a proposta graduada dos respectivos projectos.

§ 2.º Nas deliberações do júri não será permitida a abstenção de voto, devendo os escrutínios realizar-se com declaração de voto individual, que ficará constando da respectiva acta, e das suas decisões não haverá recurso.

§ 3.º O júri poderá propor a anulação do concurso se não considerar nenhum dos projectos apresentados em condições de ser aprovado ou se verificar que a sua execução não cabe na verba autorizada, podendo no entanto propor a concessão de algum ou alguns dos prémios ou recompensas estabelecidos, ou ainda de uma quantia em dinheiro, a título de compensação pelas despesas a que a preparação da segunda prova deu causa.

Art. 4.º Os trabalhos apresentados pelos candidatos a este concurso serão expostos ao público, pelo período mínimo de dez dias, depois de publicada a decisão final do júri.

Art. 5.º A cada um dos candidatos seleccionados, até ao número de cinco, para a admissão à segunda prova caberá a quantia de 10.000\$, que será paga dentro de quinze dias depois de publicada a decisão do júri.

Art. 6.º Os concorrentes aprovados na segunda prova têm direito aos seguintes prémios:

- 30.000\$ o primeiro classificado;
- 20.000\$ o segundo classificado;
- 10.000\$ o terceiro classificado;
- 5.000\$ cada um dos restantes.

§ único. As importâncias dos prémios ou da compensação atribuídos aos candidatos nesta prova ser-lhes-ão pagas dentro de trinta dias depois de publicada a decisão do júri.

Art. 7.º O architecto co-autor do projecto que seja mandado executar terá direito a receber, pela direcção artística da obra, os honorários correspondentes às seguintes percentagens sôbre os trabalhos realizados: 4 por cento nos dois primeiros anos de construção, 3 por cento no terceiro e 2 por cento nos dois restantes.

Art. 8.º O custo do monumento é orçado em 12:000.000\$, não podendo desta quantia destinar-se mais de 2:000.000\$ para as obras do arranjo geral, zona de isolamento e acesso ao recinto monumental.

Art. 9.º Incumbe à Secretaria Geral do Ministério das Finanças fazer o expediente dos trabalhos do concurso e praticar todas as diligências correlativas, ficando a mesma autorizada a efectuar as despesas estritamente indispensáveis para este efeito, e designadamente as do fornecimento aos candidatos dos elementos previstos nas condições do concurso, do transporte das peças dos trabalhos, da sua conservação e exposição, autorizadas por despacho do Presidente do Conselho e sem mais formalidades.

Art. 10.º É o Governo autorizado a abrir, pelo Ministério das Finanças, os créditos precisos para a execução d'este decreto-lei.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 28 de Março de 1936. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — An-

tónio de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Manuel Rodrigues Júnior — Abílio Augusto Valdez de Passos e Sousa — Manuel Ortins de Bettencourt — Armindo Rodrigues Monteiro — Joaquim José de Andrade e Silva Abranches — Francisco José Vieira Machado — António Faria Carneiro Pacheco — Pedro Teotónio Pereira — Rafael da Silva Neves Duque.

Tendo sido publicado com inexactidão no *Diário do Governo* n.º 291, 1.ª série, de 14 de Dezembro último, pelo Ministério do Interior, Direcção Geral de Administração Política e Civil, a portaria n.º 8:316, determino que se faça a seguinte rectificação:

Onde se lê: «...três videiras de púrpura...», deve ler-se: «...três vieiras de púrpura...».

Em 21 de Março de 1936. — António de Oliveira Salazar.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

3.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 26:465

Com fundamento nas disposições do artigo 3.º do decreto-lei n.º 24:914, de 10 de Janeiro de 1935, e mediante proposta aprovada pelo Ministro das Finanças, nos termos do mesmo artigo;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo único. É a 3.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública autorizada a mandar satisfazer, em conta da verba inscrita no capítulo 8.º, artigo 198.º, do orçamento do Ministério do Interior decretado para o corrente ano económico de 1936; a importância de 11.548\$23, despendida pela guarda nacional republicana no ano económico de 1934-1935 com a alimentação fornecida às praças nos dias de prevenção na previsão de alteração de ordem pública.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 28 de Março de 1936. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Manuel Rodrigues Júnior — Abílio Augusto Valdez de Passos e Sousa — Manuel Ortins de Bettencourt — Armindo Rodrigues Monteiro — Joaquim José de Andrade e Silva Abranches — Francisco José Vieira Machado — António Faria Carneiro Pacheco — Pedro Teotónio Pereira — Rafael da Silva Neves Duque.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

4.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 26:466

Com fundamento nas disposições do artigo 35.º e sua alínea e) do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930,

depois de ouvido o Ministro das Finanças, nos termos do n.º 1.º do artigo 9.º do decreto-lei n.º 22:470, de 11 de Abril de 1933;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É aberto no Ministério das Finanças, a favor do Ministério da Justiça, um crédito especial da quantia de 150.000\$, destinado a reforçar a verba inscrita no capítulo 5.º, artigo 160.º «Serviços prisionais — Cadeia Civil do Porto — Outros encargos», do orçamento respeitante ao corrente ano económico do segundo dos mencionados Ministérios.

Art. 2.º É adicionada a importância de 150.000\$ à verba inscrita no capítulo 8.º, artigo 185.º e rubrica «Serviços prisionais», do orçamento das receitas para o actual ano económico.

Este crédito foi registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública e a minuta do presente decreto foi examinada e visada pelo Tribunal de Contas, como preceitua o § único do artigo 36.º do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 28 de Março de 1936. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Manuel Rodrigues Júnior*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto-lei n.º 26:467

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É aumentado o quadro do pessoal menor da Presidência do Conselho com dois condutores de automóveis, lugares em que são colocados os dois condutores de automóveis a que se refere o decreto-lei n.º 24:837, de 2 de Janeiro de 1935, e que têm os vencimentos descritos no n.º 2) do artigo 30.º, capítulo 3.º, do orçamento do Ministério das Finanças em vigor no actual ano económico.

Art. 2.º É transferida a importância de 10.800\$, correspondente aos vencimentos de Abril a Dezembro do corrente ano dos mesmos condutores de automóveis, do n.º 2) para a alínea c) do n.º 1) do artigo 30.º, capítulo 3.º, do orçamento do Ministério das Finanças decretado para o ano económico de 1936.

Art. 3.º Os condutores de automóveis a que se refere o presente decreto têm direito a perceber, desde Janeiro do corrente ano, o vencimento fixado pelo decreto n.º 26:115 aos funcionários daquela categoria, abonando-se as diferenças entre esse vencimento e o que lhes tiver sido pago em conta das sobras da verba do n.º 2) do artigo 30.º, capítulo 3.º, do actual orçamento do Ministério das Finanças.

Art. 4.º Os condutores de automóveis de que trata o presente decreto, embora desempenhem as suas funções na Assembleia Nacional e Câmara Corporativa durante o período das sessões, ou em qualquer outro serviço do Estado no interregno das mesmas sessões e mediante simples despacho do Presidente do Conselho e sem qualquer outra formalidade, perceberão os seus vencimentos pela verba inscrita na referida alínea c) do n.º 1) do artigo 30.º

§ único. Quando tenham direito a remuneração por

horas extraordinárias, essa despesa será satisfeita pelo serviço onde desempenharem as suas funções.

Art. 5.º Este decreto entra imediatamente em vigor.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 28 de Março de 1936. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Mário Pais de Sousa* — *Manuel Rodrigues Júnior* — *Abílio Augusto Valdez de Passos e Sousa* — *Manuel Ortins de Bettencourt* — *Armindo Rodrigues Monteiro* — *Joaquim José de Andrade e Silva Abranches* — *Francisco José Vieira Machado* — *António Faria Carneiro Pacheco* — *Pedro Teotónio Pereira* — *Rafael da Silva Neves Duque*.

Despacho

Para os devidos efeitos se publica o despacho de S. Ex.ª o Ministro das Finanças em que é fixada a remuneração por trabalhos extraordinários ao pessoal menor e ao pessoal de serviços equiparados ao daquele, de harmonia com o disposto no artigo 43.º do decreto n.º 26:115, de 23 de Novembro de 1935:

«A fim de que haja uniformidade em todos os Ministérios no abono ao pessoal menor e ao pessoal de serviços equiparados ao daquele pelo trabalho além do das horas regulamentares, são fixadas, de harmonia com o artigo 43.º do decreto n.º 26:115, de 23 de Novembro de 1935, as quantias abaixo mencionadas por cada hora de serviço extraordinário prestado pelo referido pessoal compreendido nos seguintes grupos de vencimentos mensais:

Grupos de vencimentos mensais	Abono por cada hora de serviço extraordinário
T.	3\$50
U }	3\$00
V }	2\$50
X.	2\$00
Y.	1\$50
Z.	

Relativamente a serviços extraordinários a desempenhar por contínuos de 1.ª e 2.ª classe, a respectiva distribuição far-se-á de modo que se evite perceberem os de 2.ª pelo mencionado serviço mais do que os de 1.ª

Quando se trate de remunerar as horas de serviço extraordinário prestado por pessoal assalariado, como se encontra definido no artigo 3.º do decreto-lei n.º 26:334, de 4 de Fevereiro de 1936, o abono por cada uma dessas horas será o correspondente ao salário diário dividido por 8, arredondando-se, porém, o cociente para a dezena de centavos imediatamente inferior.

Ministério das Finanças, 20 de Março de 1936. — O Ministro das Finanças, *António de Oliveira Salazar*.

MINISTÉRIO DA GUERRA

5.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 26:468

Com fundamento no § único do artigo 2.º do decreto-lei n.º 24:914, de 10 de Janeiro de 1935, e mediante proposta aprovada pelo Ministro das Finanças, nos termos do mesmo artigo;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo